



festas traduzem e mais genuíno e em um momento uma alegria que uma forma muito

uma vez serem as população saiu à movimento e muita de este ter sido o continentais participantes, contri- Santo mais de 8 orto Santo e uma as nossas festas e nós temos um

santense e Presi- rto Santo, deixar les que contribu- João nosso Santo es financeiras, foi ao ponto alto das João e verificar a tacava a alegria, a am no seu traba- se a ter a qualida- antenses e quem

dedicação e em- destas festas que to.

PROVAR
AS NOSSAS
ADES

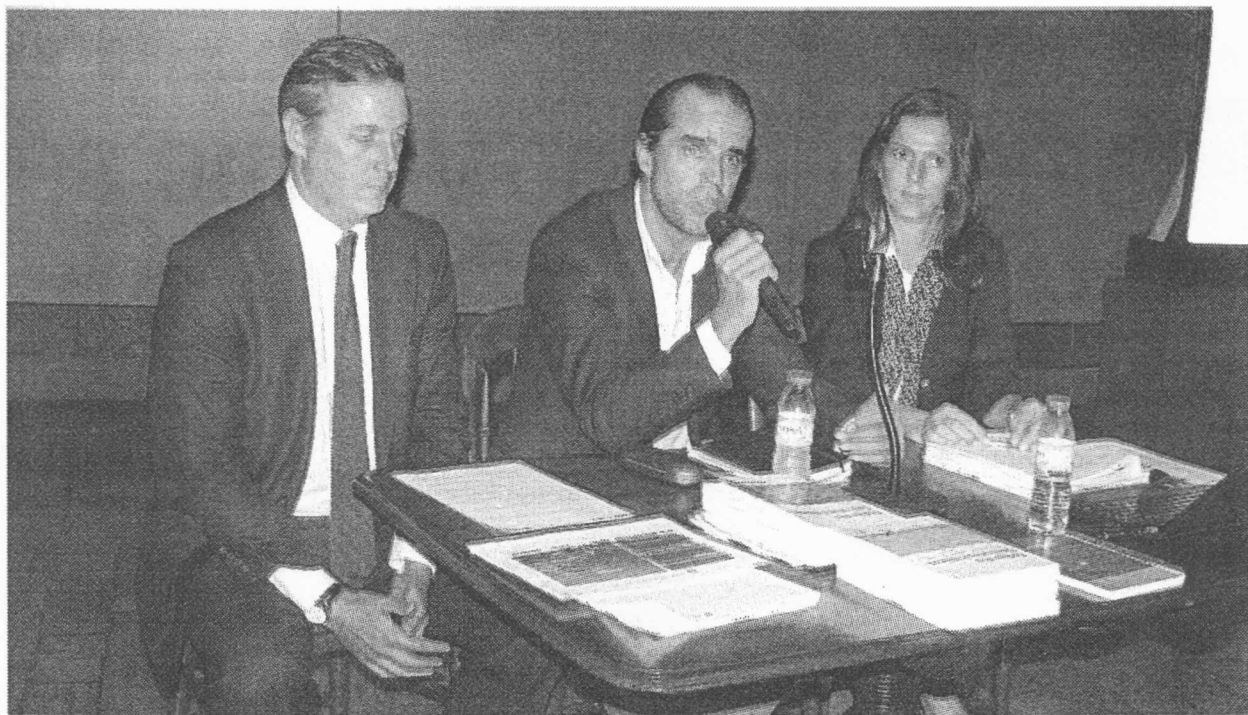


Feiras

ENTE A PRAÇA DE TAXIS

WWW.FACEBOOK.COM/SNACKBARNIKITA

Troika quer maior transparência na adjudicação de empreitadas



O memorando da troika vem impor algumas alterações no Código dos Contratos Públicos, no sentido de assegurar uma maior transparência e concorrência na adjudicação de empreitadas. Uma dessas alterações é acabar com os regimes especiais.

No sentido de dar a conhecer alguns aspectos importantes da Contratação e Execução de Empreitadas de Obras Públicas, a Rui Pena, Arnaut & Associados (RPA) promoveu, na manhã de ontem, uma sessão informativa no Museu de Arte Sacra do Funchal.

“O Código dos Contratos Públicos é muito complexo, o que faz com que as entidades adjudicantes e os contraentes

públicos, que depois são responsáveis pela execução de contratos administrativos, tenham bastante dificuldade em aplicar o referido código”, apontou Gonçalo Guerra Tavares, sócio da RPA.

Por isso, “o objectivo desta sessão é procurar esclarecer alguns destes pontos e dar também umas notas sobre o memorando da troika, o qual vai obrigar a introduzir algumas alterações importantes no sentido de assegurar uma maior transparência e concorrência na adjudicação de empreitadas e de outros contratos”, complementou.

Gonçalo Guerra apontou, ainda, que o facto do memorando da troika tentar acabar com os regimes especiais vem beneficiar a concorrência. “Aquilo que o memorando da troika pre-

tender implementar imediatamente é que se acabe com os regimes especiais. Ainda no último Orçamento de Estado se estabeleceu a possibilidade de um regime especial com a autorização ministerial para determinados contratos. Porém, no terceiro trimestre de 2011 isso vai ter de ser arredado e, inclusivamente, poderá haver algumas alterações que obriguem a mexer no próprio código”, frisou.

Ao participar na sessão de abertura, Miguel Albuquerque realçou que o novo sistema “é mais transparente”, pois “vem estabelecer maior concorrência e uma maior exactidão” relativamente às adjudicações que são feitas.

“Por exemplo, com este novo sistema, e alargando as fases de consulta, a avaliação das obras que adjudicamos nos últi-

mos dois anos baixou 3,7 milhões de euros em relação àquilo que era previsto. Isto representa, por um lado, uma poupança para o contribuinte e, por outro lado, é um sistema que estabelece uma maior concorrência e transparência”, sublinhou o presidente da Câmara Municipal do Funchal.

Questionado sobre se as providências cautelares atrasam a evolução de um município, Miguel Albuquerque referiu que o problema do processo está no regime jurídico, o qual deveria ser mais célere para não prejudicar “a priori o demandado da acção”.

O autarca garantiu, ainda, que no Município do Funchal não há nenhuma providência cautelar a decorrer. “Neste momento, não somos demandados em nenhuma”, concluiu. 17